

## INDICAÇÃO POLÊMICA

# Ministro do governo Temer vai para o STF

Alexandre de Moraes, atual ministro da Justiça, é filiado ao PSDB. Ele irá substituir Teori Zavascki

O presidente Michel Temer indicou ontem o atual ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, filiado ao PSDB, para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). O anúncio foi feito ao final do dia de ontem pelo Palácio do Planalto por

meio do porta-voz da Presidência, Alexandre Parola.

Com a indicação, Moraes é o nome do governo para substituir o ministro Teori Zavascki, que morreu em um acidente aéreo em Paraty (RJ) no último dia 19 de janeiro. Para assumir a vaga, ele precisa antes ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, depois, aprovado pelos senadores.

No último fim de semana, Temer se dedicou às últimas conversas com amigos e auxiliares sobre a escolha do nome. De acordo com pessoas com acesso aos gabinetes da Corte, Moraes

foi apoiado pelo ministro Gilmar Mendes, que chegou a trabalhar informalmente pela sua indicação junto ao presidente.

Moraes está à frente do Ministério da Justiça desde maio de 2016, quando Temer assumiu interinamente a presidência durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Advogado e jurista, ele é autor de livros sobre Direito Constitucional e livre docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), mesma instituição pela qual se graduou, em 1990, e se tornou doutor, em 2000.

Antes de ser ministro, Moraes foi secretário de Segurança Pública de São Paulo, cargo para o qual foi nomeado por Geraldo Alckmin em 2015. Antes, entre 2002 e 2005, na gestão anterior do governador tucano, ele ocupou a Secretaria de Justiça, Defesa e Cidadania paulista. Além dos cargos no governo estadual, ele foi “supersecretário” de Gilberto Kassab na prefeitura de São Paulo, quando acumulou, entre 2007 e 2010, os cargos de secretário de Transportes, tendo presidido ainda, na mesma época, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e a SPTrans, empresa de transportes públicos da capital paulista.



MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL / CP

Moraes foi advogado de Eduardo Cunha (PMDB), hoje preso por corrupção

## Indicação atinge a Lava Jato

O coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal, procurador Deltan Dallagnol, afirmou nas redes sociais, diante das informações que apontavam – durante o dia de ontem – ser o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, o indicado para ser o novo ministro do STF, que pode ser alterado o placar do julgamento que analisa se réus em processos criminais podem ser presos após condenação em segunda instância.

Nesse sentido, a escolha do novo ministro terá “forte impacto” na Lava Jato e nas demais investigações sobre corrupção,

disse o procurador.

“Ano passado, o tribunal entendeu, por seis votos contra cinco, que ela (prisão) é possível. O ministro Teori estava entre os vencedores. O novo ministro pode inverter o placar. Por que e como isso afeta a Lava Jato?”, escreveu Dallagnol em texto publicado no Facebook.

Para ele, se o réu estiver preso, o processo pode ser mais rápido e demorar apenas cerca de dois anos até ser julgado pela segunda instância. “Assim, a escolha do novo ministro, a depender de sua posição nesse tema, continua a ter um imenso impacto na Lava Jato”, acrescentou.

## Ajuris aponta vinculação política

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) critica a indicação de um ministro do governo para a vaga aberta no STF com a morte de Teori Zavascki, sem a observância de cumprimento de quarentena – afastamento por dois anos entre o exercício em um cargo e o outro. O presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer, diz que a indicação do

ministro Alexandre de Moraes (Justiça) expõe uma “falha no sistema” de escolha de nomes para o STF. “Não podemos repetir esse equívoco, é preciso aperfeiçoar o sistema”, afirma o dirigente.

Schäfer acrescenta que o presidente Michel Temer “agiria bem” se indicasse um nome que não tivesse envolvimento com o governo, ainda mais quando “es-

## Oposição critica nome de Moraes

Senadores de oposição se manifestaram em plenário, ontem, contrariamente à indicação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para a vaga de ministro do STF. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a indicação é um “acinte”. “Um escárnio”, resumiu.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que era de se esperar. “Não me surpreende, porque é a cara deste governo, que defende interesses de grupos particulares. Está se caminhando para a partidização do Supremo”, afirmou.

tamos em plena operação Lava Jato, com diversos políticos sendo citados e que eventualmente possam ser julgados pelo plenário do STF”. Para Schäfer, é preciso garantir a independência do STF do sistema político e acentuar o papel de árbitro do tribunal. “O escolhido não pode ter sentimento de gratidão política em relação a quem o nomeou.”

## Moraes será revisor da Lava Jato no plenário

Se tiver aprovada no Senado a nomeação como novo ministro do Supremo Tribunal Federal, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, será o revisor dos processos relacionados à Operação Lava Jato no plenário da Corte. Como tal, terá o papel de revisar as ações penais que forem julgadas no pleno – que são, especificamente, aquelas envolvendo presidentes da República, do Senado ou da Câmara.

O Regimento Interno do STF prevê, no artigo 24, que “será revisor o ministro que se seguir ao relator na ordem decrescente de antiguidade”. Como o rela-

tor da Lava Jato, Edson Fachin, foi o último ministro a entrar no STF, o novo se torna o revisor no pleno, automaticamente. No entanto, por fazer parte da Primeira Turma, o novo ministro não será o revisor em relação à maioria dos processos, que são restritos à Segunda Turma.

O revisor também tem como atribuições “sugerir ao relator medidas que tenham sido omitidas no processo”, “confirmar, completar ou retificar o relatório” e “marcar dia para julgamento dos feitos nos quais estiver habilitado a proferir voto”.

### AÇÃO CONTRA MOREIRA FRANCO

## Mello vai relatar processo

Caberá ao ministro Celso de Mello, o decano do Supremo Tribunal Federal, responder ao pedido da Rede Sustentabilidade pela suspensão da nomeação de Moreira Franco ao cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência. O posto foi recriado pelo presidente Michel Temer (PMDB) por meio de medida provisória. O mandato de segurança é assinado pelo juiz Márlon Reis, idealizador do projeto de Lei da Ficha Limpa, e pelo advogado Rafael Estorilo.

A Rede pede que “seja deferido pedido de liminar no sentido de sustar os efeitos do ato de nomeação e posse do ministro Moreira Franco para o recém-criado cargo de ‘ministro de Estado

Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República’, até decisão final de mérito”.

O pedido do partido vai além do questionamento sobre Moreira ganhar status de ministro. Também mira o presidente Michel Temer ao pedir que ele preste informações à Justiça sobre a nomeação do ministro.

A Rede também pede que seja encaminhado, por ofício, ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato, um requerimento “para a exibição em original ou em cópia autêntica das delações e quaisquer documentos envolvendo as autoridades impetradas”. Não há ainda prazo para que o processo seja analisado no Supremo.



NELSON JR. STF / CP

Decano do STF analisará nomeação de Moreira Franco para ministério

### PARA SIMPLIFICAR

## Governo vai mudar tributos

As reformas para simplificar a cobrança de tributos como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sairão nos próximos meses, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele confirmou que o governo estuda as propostas, mas ainda não tem data para en-

viar os projetos ao Congresso.

Segundo o ministro, a simplificação da estrutura tributária virá acompanhada de outras medidas, como o eSocial para as empresas (que unifica numa guia o pagamento de 13 tributos), previsto para julho, e a nota fiscal eletrônica para serviços. De acordo com Meirelles, as reformas têm perspectivas favoráveis após a aprovação do teto de gastos federais, no fim do ano passado.